

CONSELHO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E

ARTÍSTICO DO ESTADO DO AMAZONAS – COPHAM

26ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA ESPECIAL – 2021/2023

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO DO CONSELHO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DO AMAZONAS, BIÊNIO 2021 A 2023. Ao oitavo dia, do mês de Agosto, do ano de 2023, às 18h, reuniram-se, de forma presencial e virtual, na Sala de Reunião do Centro Cultural Palácio da Justiça, situado à Avenida Eduardo Ribeiro, 901 – Centro – Manaus/AM, CEP 69010-001. Conforme convocação da Semana de Patrimônio, encontra-se aberta a 26ª Sessão Especial Ordinária do Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas. **O Secretário de Cultura Marcos Apolo Muniz de Araújo, presidente deste conselho** agradeceu em nome do governador Wilson Lima a presença de todos, agradeceu também por esse momento muito especial que é a visita muito esperada do presidente nacional do IPHAN, o senhor Leandro Antônio Grass Peixoto, aqui na cidade de Manaus tem um rico acervo, patrimônio material e imaterial. Estão em uma fase de transição a partir do momento em que tem esse retorno do Ministério da cultura. Ressaltou que o presidente do IPHAN é uma pessoa comprometida e muito atualizada com o que vem acontecendo no país. A chegada da Beatriz, do escritório do MINC, o retorno do Conselho de Patrimônio Histórico, aqui representado pelos conselheiros **Marcos Paulo Cereto, Eneila Almeida dos Santos, Fernanda da Silva Frota, Luiza Angélica Oliveira Guglielmini.** O retorno do Conselho de Cultura aqui representado pelo secretário geral Marcos André Durand da cadeira de Dança, e pela conselheira Jordania Damasceno Galdino da cadeira de Teatro. E também se fazem presentes alguns técnicos da Secretaria, os setores de engenharia, restauro e alguns outros profissionais, então, a visita do presidente do IPHAN é motivo de muita alegria e também de esperança. Com o alinhamento do governo federal, conseguirão avançar em muitas políticas públicas voltadas à preservação do patrimônio e ao resgate acima de tudo e sobre a memória dessa história, o estado tem feito muito. Assim como o município também tem feito um trabalho, como poderão perceber nesse processo de comprometimento acima de tudo, com a história e a memória. O COPHAM, já teve avanços significativos, inclusive, desenhando uma nova legislação, na verdade, modernizando a legislação, que norteará a forma como será o tombamento do patrimônio Material e Imaterial. A representante do IPHAN no Amazonas também está junto nesse processo, estão agora caminhando para um diálogo junto à Assembleia Legislativa para esse entendimento da forma como é tratada a entrega de títulos de patrimônio imaterial. Participou de uma reunião em Belém e ficou um pouco mais tranquilo quando viu o colega lá do Acre, o senhor Davison falando que não era uma peculiaridade aqui do estado, na assembleia vinha fazendo questão de dar essa titularidade Patrimônio Imaterial como uma forma até de reconhecimento do fazer



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

cultural, mas que não seguia, aí que a legislação define como necessário, para que seja realmente feita a salvaguarda desse patrimônio, por isso estão caminhando para um diálogo com a assembleia a partir dessa nova legislação para que possam mudar. É o tratamento que vem sendo dado ao Patrimônio imaterial. Informou que estão recebendo o senhor Francisco Soares representante do secretário Marcellus Campêlo - Secretário de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano do Amazonas. A partir de agora inicia-se a reunião passando para o grande o protagonista que conduzirá a conversa sobre os projetos, falar um pouco de patrimônio. Após essa fala, pediu permissão para que a senhora Luiza Guglielmini faça uma explanação, inclusive com algumas imagens do que a Secretaria tem como patrimônio do que está trabalhando para também, mostrar esse cenário do poder estadual e a partir daí, se conduz aí, a partir da sua experiência nas demandas, a reunião. **Leandro Grassi** Agradeceu o convite, a oportunidade, parabenizou também essa construção coletiva mobilizada pela Secretaria de cultura. Também parabenizou a gestão. Tudo que vem sendo feito pela cultura aqui do estado do Amazonas, também saudou os conselheiros, as pessoas que atuam na área da cultura, os trabalhadores da cultura, os servidores também da gestão cultural e da gestão do Patrimônio Cultural. Agradeceu também, a presença de todos. E também saudou a superintendente Beatriz Calheiro de Abreu Evanovick, que vem desempenhando um importante trabalho junto a superintendência dos coordenadores técnicos do IPHAN do estado do Amazonas que vem recuperando uma agenda muito propositiva, mas que depende profundamente de maneira direta dessa relação que está aqui alimentando hoje. Tem aí desenhado no Brasil no estado brasileiro, o Sistema Nacional de Cultura, mas entende que existe a possibilidade, claro, de ter o Sistema Nacional de Cultura como uma ferramenta para a indução da política de patrimônio. Por outro lado, compreende que o patrimônio cultural tem as suas nuances, tem as suas variáveis próprias, ponto de vista da interseccionalidade com a gestão urbana, da interseccionalidade com a questão do turismo, com o meio ambiente, com outros aspectos que exigem uma agenda específica, compacta, ações específicas. É daí que nasce já há alguns anos a proposta do desenho com Sistema Nacional de Patrimônio Cultural e essa tem sido uma das prioridades. Quando se fala de sistema, não está falando apenas aqui de factuações ou normativas, ou situações que já sabe que tem que ser feitas, já tem isso como rotina, mas principalmente novos passos de coisas ousadas, corajosas e diferentes e inovadoras que pode desenvolver. Então, tem um primeiro ponto que essa nova gestão do IPHAN está aqui, à disposição e a serviço do conselho, muito embora a gestão estadual já esteja madura, muito em comparação que vê no resto do país que é a capacidade de gestão, ou seja, tem um desenho de gestão, tem uma estrutura de gestão voltada ao patrimônio cultural em nível estadual e também em nível municipal. Essa foi a conversa com a prefeitura hoje, ontem e é muito importante que se tenha sim, um departamento ou uma Secretaria ou uma fundação, ou que seja o que se estabelecer, mas que tenha ali um corpo técnico, um grupo de profissionais gestores para liderar as questões específicas do patrimônio. Então, vem agora no esforço de olhar essa radiografia do país, ver qual



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

é a condição de cada estado e poder apoiar um a um no desenho das suas estruturas de gestão, que na visão do IPHAM tem que ser cada vez mais participativas, daí a importância dos conceitos. E, para além da estrutura de gestão governamental, o IPHAN defende que haja a participação social, tanto na representação dos conselhos de patrimônio e por outro lado, também, em outras instâncias formais e não formais de participação. Que haja um fluxo de participação não só para os processos decisórios, mas para o desenho orçamentário, que haja um processo de participação para se avançar nos tombamentos nos registros, para que, inclusive, supere essas realidades que vão do município pequeno até o governo federal, inclusive até a união, nas legislações que definem o que é o que não é patrimônio, enquanto que é tarefa dos órgãos de patrimônio e fazer isso junto com a sociedade, não das casas legislativas, se prender aos deputados e disse isso com tranquilidade, porque foi parlamentar e sabe do ímpeto muitas vezes, a necessidade de se atender, de se abraçar as comunidades, as festividades, as tradições e até os equipamentos. Mas não é esse o caminho, isso só atrapalha. A verdade é essa, atrapalha primeiro o processo de educação patrimonial, toda a capacidade que o IPHAN tem de esclarecer para a sociedade o que é patrimônio, por que que aquilo tem que ser tombado ou por que que aquilo deveria ser registrado, porque quem tem que dizer para o lugar não é o IPHAN ou não é o órgão de patrimônio estadual municipal, é a própria comunidade, ela tem que se enxergar no patrimônio, ela tem que se ver ali naqueles processos. E quando isso parte é a nível de um parlamentar, de um mandato, essa construção é coletiva, é uma construção da sociedade, que é o que o IPHAN faz, os processos de identificação e registro, os processos de tombamento, tem todo um trabalho técnico, tem todo um trabalho também de interlocução, então, é fundamental que haja uma sensibilização das assembleias estaduais e municipais sobre isso, sobre o papel dos órgãos de patrimônio na definição e no reconhecimento para uma agenda de preservação, porque tombamento não é status, é tombamento, na verdade, é o reconhecimento que pressupõe responsabilidade e já implica no orçamento e sabe disso, sabe das dificuldades também de se conseguir recursos para preservar tudo o que é necessário. E por último essa questão dos recursos muito estratégicos, necessários, sempre muito difícil para todos nós, o IPHAN saiu de uma realidade orçamentária de 2022 para 2023 que deu oxigênio, fôlego para fazer minimamente, ainda não é o suficiente. No caso da salvaguarda do patrimônio imaterial ano passado teve 1.700.000 apenas e esse ano tem 22.000.000 de disposição, inclusive. Informou que o IPHAN acabou de lançar o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, uma política pública que não acontecia desde 2015. Esse ano são 7.000.000 e meio de reais para serem aplicados em 3 tipos de ação, 2 de produção do conhecimento, uma na área de sociolinguística, outra na área de diversidade linguística e uma terceira que de fomento direto para a promoção de formação de atividades para difusão cultural desses bens culturais registrados. O edital ficará aberto até o início de setembro. Está programando um trabalho aqui em nível local para ajudar os gestores, porque esse edital é acessível tanto ao poder público e também a sociedade civil organizada,



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

então, as secretarias podem propor projetos. Geralmente são de 100 a 400.000 reais cada um. Mas as instituições, as organizações, a sociedade civil também podem, deve ter, aí nos próximos dias alguns encontros, algumas oficinas para reverberar, explicar como acessar o dinheiro, o prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade já está aí na sua fase regional, será lançado depois de amanhã com o edital também nacional, que é o edital da educação patrimonial. Aberto a projetos também do poder público municipal, estadual e aberta à sociedade civil organizada, estão amadurecendo outras ações. Sexta-feira será lançado o novo programa de investimentos, o novo PAC, nessa nova carteira de projetos, tem alguns projetos que já foram contratados, projetos executivos prontos, mas haverá também um edital para novos projetos. Então já falou com o secretário que o estado pode apresentar novos projetos assim que fizer o chamamento irão, obviamente, oficial e comunicar para que todos possam participar daquilo que é estratégico para a região, aquilo que é estratégico para o estado. Tem também uma agenda que está sendo desenhada, com a esperança de conseguir lançar aí até novembro. Muito inspirado no caso de São Luís do Maranhão que é uma tentativa de ocupação dos imóveis abandonados, inutilizados nos centros históricos. Esse é um grande problema, não é específico de Manaus ou de Salvador ou de São Luís, é de todo o Brasil e aposta que as parcerias podem ajudar a solucionar essa situação da seguinte forma, no caso de São Luís, pegaram os imóveis que eram públicos, no caso lá, eles pegaram os imóveis do governo estadual e fizeram um chamamento para que particulares apresentassem propostas de ocupação com a cessão onerosa durante um período aí de 15 anos, aproximadamente, o ônus é o restauro dos bens, das edificações. Então, o particular, apresenta o projeto, assume a responsabilidade do restauro, o órgão de patrimônio acompanha e ali tem posteriormente um imóvel funcional com possibilidade de ocupação comercial, turística ou para outros fins também culturais, tecnológicos. E a gente quer que isso agora aconteça em escala, então a ideia é convidar os municípios e os governos estaduais para disporem os seus imóveis. Irão colocar a serviço deles os instrumentos de pactuação e farão o chamamento, quer depois conversar com o conselho a respeito disso. Não sabe se é o caso aqui do governo estadual, mas se houver interesse, irão colocar imóveis da SPU, vamos colocar imóveis do município, imóveis estaduais nesse grande chamamento e a pactuação, vai ficar por conta de cada ente com esses particulares. E, dizer, que tem tentado também, fazer um esforço de transversalização, das dimensões do patrimônio. Claro que tecnicamente falando, tem toda uma ação específica para conservação, editoração, tem toda uma ação específica para salvaguarda, tem uma ação específica para arqueologia, para o patrimônio arqueológico, para educação patrimonial e isso vai projetá-los para uma popularização do patrimônio cultural, da pauta, da agenda, é tentar colocar isso tudo em um bojo que é o bojo do patrimônio, enquanto um valor social, enquanto um valor para o país, o valor de nação patrimônio como uma ferramenta de desenvolvimento, entender o que é patrimônio e que o patrimônio é humano acima de tudo, seja eletrificado ou não, e que sem a mobilização da sociedade não irão a lugar nenhum. Então a gente tá



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

fazendo esse esforço de colocar a agenda do patrimônio como uma agenda intersetorial, é claro que ela está na centralidade da cultura, ela está dentro do Ministério da cultura agora de volta, mas tem aberto portas, tem dialogado, conversado com o Ministério do Meio Ambiente, Ministério do turismo, Ministério dos Povos Originários, Ministério da igualdade racial, Ministério dos Direitos Humanos, Ministério da educação, construir agendas comuns, até porque o orçamento não é muito grande e dentro do possível poder adentrar programas que já existem em outros ministérios e fazer parcerias também para execução dos projetos. Estão reconstruindo o conselho consultivo do IPHAN, talvez seja de interesse dos conselheiros esse debate, órgão que válida, que conclui os processos de reconhecimento, registro, tombamento, tem aí uma ampliação das cadeiras de 13 para 15 da sociedade civil, além também da inclusão de ministérios novos que surgiram com o Ministério da igualdade racial e também a inclusão de mais uma entidade da sociedade civil que é ANPUH (*Associação Nacional de História é uma associação civil sem fins lucrativos que organiza e representa os historiadores do Brasil e fomenta o estudo e o ensino de história*), que não fazia parte e agora passa a fazer parte também. Pretende inaugurar aí o novo conselho em breve, está esperando a Casa Civil publicar o decreto para a gente arregimentar e poder chamar as primeiras reuniões, até porque tem quase 300 processos para provar lá no conselho consultivo, nem registros importantes, como do choro, libras e também atuar nas retificações e nas revalidações dos registros especificamente. E, por último, olhando aqui para Amazônia, especialmente para o estado, estão construindo com o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio, uma proposta de fomento aos sistemas agrícolas tradicionais do Rio Negro. E essa é uma agenda que tem muito interesse em construir com estado porque ela é uma agenda robusta, é uma agenda interessante que está inclusive, vendo horizontes bem bacanas de orçamento com os fundos verdes. No sentido projetar aquelas comunidades para um lugar de ainda mais valorização, de reconhecimento, de produtividade, de autonomia, de emancipação e para o IPHAN é um dos bens registrados de grande valia, de grande importância cultural, de possibilidade, na ressignificação do que é o patrimônio cultural brasileiro, inclusive, reconstruir as narrativas sobre o patrimônio. Falavam disso agora na superintendência, que precisa deslocar essa visão sudeste excêntrica, extremamente focada no sul do país para mostrar o Brasil que existe, é o Brasil que representa muito da memória, muito da história, que é isso que a Amazônia representa. **A superintendente Beatriz Evanovick** agradeceu o governo do estado em nome do secretário Marcos Apolo, ao Cândido Jeremias, toda a equipe que tem acompanhado essa agenda, os conselheiros do CONEC, do COPHAM. Disse que é uma satisfação sentar-se à mesa e poder fazer esse diálogo, a SEDUC que esteve na reinauguração, a ao senhor Francisco da GPE. Entende que toda a equipe da Secretaria já atua com a equipe do IPHAN que tá ali e agora o ministério também que é sediado também no espaço do IPHAN com certeza vai conseguir continuar aprimorando esse diálogo e acima de tudo atraindo cada vez mais fomento para essa gestão compartilhada



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

também. Colocou-se à disposição essa é a saudação do IPHAN e desde já o agradecimento pela oportunidade, isso vai enriquecer a relação enquanto instituição, enquanto servidores que atuam pelo patrimônio, mas também com uma perspectiva maior, melhor, mais referenciada em relação ao Patrimônio Histórico Cultural para o Amazonas, para a Amazônia, para a região norte, que esse sempre foi o esforço de todos. **Luiza Guglielmini** apresentou o programa **Valoriza Patrimônio** que é um projeto de fortalecimento das políticas públicas do departamento de Patrimônio Histórico, a equipe é liderada pela Dra. Regina Lobato, representada pela Fernanda Frota que está aqui em exercício em razão das férias da titular. Então, o diagnóstico de contexto de como surgiu esse programa de um esforço contínuo, primeiro de uma fala do secretário com toda a equipe para dar visibilidade às ações do Patrimônio Histórico, um esforço contínuo para integrar as ações que o departamento executa. Estão tentando trabalhar em uma transversalidade, buscando apoio técnico do COPHAM, também buscando parceiros, tanto predial quanto pessoal, buscando pautas unificadas para realizar com prestígio tanto interno quanto ter possibilidades positivas no contexto real e estimular esse processo de planejamento no âmbito interno do departamento e da Secretaria, com capacitação, motivação, partilha e perspectivas. A estrutura de gestão departamental ficou assim: decisões conjunturais e estruturais que permanecem em foco. Articulações Inter e Intra setorial, envolvendo tanto o setor público quanto privado. Desenvolver pesquisas baseadas em evidências e amparadas em metodologias científicas, subsidiar produções de conhecimentos culturais transformados em conteúdos pedagógicos aplicados na relação ensino e aprendizagem. Implementar processos de monitoramento e avaliação dessas ações que são executadas para fins de planejamento e melhorar aquilo que já está bom, transformando tudo o que precisa ser redimensionado. Então, como é que surgiu o departamento de patrimônio histórico? Ele nasce junto com a Secretaria de cultura, com o intuito de cuidar e restaurar os equipamentos culturais. **Tem a criação da gerência de arquitetura**, depois vem a necessidade do **Ateliê de conservação e restauro das obras de arte** que vai se pautar aí nesse resgate dos bens **móveis e imóveis** do estado do Amazonas. **O Ateliê de Conservação e Restauro de Papel** tem o intuito de somar com os outros espaços do departamento e da Secretaria, preenchendo toda essa lacuna aí desta área. Depois vem a necessidade **da gerência de engenharia**, que se chama **gerência de projetos especiais** que surge também com essa necessidade por conta da arquitetura, do trabalho predial se voltando então para a preservação do patrimônio edificado, executando intervenção, recuperação, reforma, restauro de todas as edificações que interessam ao patrimônio histórico e todas as construções contemporâneas, também a qual elas são chamadas a equipe. Depois vem **o laboratório é de arqueologia Alfredo Mendonça de Souza**, que também é um local de extroversão, de material cultural, ele é utilizado como laboratório, um instituto de endosso reserva técnica, exercendo aí a função social direta, na salvaguarda do patrimônio histórico e arqueológico do seu acervo final. E, não menos importantes, a **Gerência de Patrimônio Imaterial**, que antes não atuava



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

dentro do patrimônio histórico que é pesquisa em essência e envolve uma construção de políticas públicas junto ao atendimento da Secretaria de Cultura e Economia Criativa. O biênio 2024, 2025, o Valoriza Patrimônio está orçado em 58.250.235,58 somente a primeira etapa. O objetivo desse programa é revitalizar os imóveis de valor arquitetônico histórico para o estado do Amazonas, através da preservação de elementos construtivos originais e, com isso, reverter tudo o que foi modificado durante o tempo e permitir aí uma nova ocupação, novo uso desses prédios também será executado pelo governo do estado, por meio da SEC, com apoio técnico do IPHAN. Os imóveis selecionados, somente na primeira etapa do Valoriza Patrimônio são: **o Palacete 5 de setembro, a Cadeia Pública Raimundo Vidal pessoa, e o Teatro Escola do Parque Jefferson Peres**. E os trabalhos de revitalização deverão ser executados por uma equipe multidisciplinar formada pelos técnicos especializados e nas suas áreas de atuação. As ações delineadas desde que comprovadas com toda a documentação pertinente, vão promover essa revitalização através das obras e dos serviços de reconstituição, das características arquitetônicas, das fachadas e esquadrias, coberturas e recomposição cromática. Além das obras de engenharia para adequação do novo uso proposto, também terão as normas de **Acessibilidade e as normas de Conforto térmico e ambiental**. O projeto também prevê obras de recomposição e adequação desses equipamentos urbanos da área de entorno imediato, também com calçamento é meio-fio, sarjetas, canteiros e arborização. **O palacete 5 de setembro após a revitalização**, abrigará um centro de formação técnica e ele vai se voltar para a cadeia produtiva da economia criativa. Entre as funcionalidades, ele vai prever aí um Coworking, um laboratório de economia criativa, uma biblioteca técnica e um salão para realizar rodadas de negócios. **O Teatro Escola do Parque Jefferson Peres**, a reforma importa nessa manutenção do patrimônio histórico e arquitetônico, além de ser uma parte integrante do **parque urbano Jefferson Peres**, esse imóvel se retrata como um exemplar de época, então ele mantém esse registro com uma arquitetura edificada, além do benefício social, como o teatro. Ele também vai ter o uso todo adaptado, como um Teatro Escola, vai atuar aí também, como uma revitalização do próprio parque Jefferson Péres. **A Cadeia Pública Raimundo Vidal Pessoa** ela tem duas metas: **a primeira** é a reforma e o restauro do bloco administrativo e ele vai contemplar aí é uma adaptação, para as normas vigentes, a modernização dessas instalações de infraestrutura, necessárias ao seu funcionamento e também vai abrigar atividades museológicas, uma galeria de exposições, comércios e serviços em geral. **A segunda etapa da Cadeia Pública** vai contemplar serviços de revitalização de toda a ala prisional e de convivência, a reforma e o restauro das salas de edificações históricas para adaptação às normas vigentes. Construção de edificações contemporâneas para dar esse apoio ao novo uso, como lanchonetes, banheiros, restaurantes e também tem o intuito de abrigar essas atividades museológicas, **Galeria de exposições, comércios, serviços diversificados**, então, ele está com esse orçamento, esse total aí de orçamento. Os projetos que tem em contratação que são as igrejas, a primeira é a **Igreja de São**



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Sebastião que está com o convênio SEC e IPHAN que partiu de uma emenda parlamentar e está nesse esforço estrutural da torre e reparos na cobertura. Tem também a reforma das igrejas de base católica **Matriz, Nossa senhora da Conceição, Nossa Senhora dos Remédios** também com parceria SEC/IPHAN e IMPLURB também por emenda parlamentar, tem o **Teatro Amazonas** que também está em desenvolvimento, ele está aí orçado o valor em restauração da cúpula e cobertura, recuperação das esquadrias e pintura externa, iluminação monumental da área externa, o restauro do pano de boca, do bandô e do salão nobre, com a modernização de todo o sistema de incêndio elétrica e SPDA. **O prédio da alfândega** prevê reforma e revitalização para a **implantação do Centro Cultural Indígena Ajuricaba**. **O prédio da Biblioteca Pública** prevê a recuperação das fachadas e cobertura, modernização das instalações elétricas, detecção e combate ao incêndio e SPDA. **Palacete Provincial**, recuperação das fachadas e cobertura e também a modernização das instalações. **O Palácio Rio Negro**, recuperação das fachadas e cobertura e também modernização das instalações. **O Palácio da Justiça**, recuperação das fachadas e cobertura e a modernização das instalações. **O salão Solimões**, recuperação das fachadas e cobertura e a modernização das instalações, o que nós já temos executado como uma parceria da SEC e do IPHAN. Teve também a **implantação dos equipamentos de acessibilidade nos prédios** que são os prédios carro chefe: **O Teatro Amazonas e os centros culturais Palácio Rio Negro, Palácio da Justiça, o Palacete Provincial, a Usina Chaminé e o Museu Casa Eduardo Ribeiro**. Nas perspectivas do imaterial, prevê aí essa realização dos **Seminários de Patrimônio Cultural Imaterial** junto à ALEAM, justamente para tratar desses assuntos, tentar sensibilizar a casa para essas questões aí do tombamento e do registro. **Lançar esse Manual Básico de Patrimônio Cultural Imaterial**, com uma matriz de atendimento e também uma proposta de formação instrucional. Isso está pronto, só está no aguardo do COPHAM porque está no aguardo da nova lei do patrimônio e para não ser lançado e depois ter que refazer, aguardou o material para poder lançar posterior a lei. Também há uma questão trazida pelo secretário que é esse lançamento desse prêmio, para a ALEAM parar de ficar decretando tombamento e registro, ele lança umas medalhas e um certificado a ser concedido para quem eles reconhecerem como ofício de mestre, cultura, para dar essa valorização, no lugar de fazer decretos, eles dão o prêmio. E uma demanda recente que chegou diretamente do Itamaraty, essa questão dos **Teatros da Amazônia, que envolve o Teatro da Paz**, uma pauta que veio direta e precisa dessa mediação do IPHAN. **A perspectiva para o restauro para o biênio 2024, 2025**, essa palestra sobre a História Oral e a memória coletiva dentro do Museu da Imagem e do Som, também uma busca da Judeth Costa - Gerente do Ateliê de Conservação e Restauro de Obras de Arte e Papel na Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, essa autonomia como pesquisadora, nessa interação junto aos artistas na Pinacoteca. **Capacitar os terceirizados** quanto a manipulação da limpeza dos espaços culturais em relação ao restauro, ao trabalho do restauro, contemplando aulas, sobre os elementos artísticos, visita ao ateliê para que



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

eles entendam esse trabalho com o restauro, a importância e a adequação de cada produto no tratamento de cada produto. **O sistema de oficinas e de registro**, isso a ser gravado para valorização do profissional, oficinas, do revestimento em pó de pedra, e marchetaria e marmoraria. **Perspectivas da arqueologia**, produção de podcast com a participação de arqueólogos do estado que já contribuíram para o laboratório de arqueologia. E isso deve ser organizado em 4 capítulos e a ser veiculado dentro do site da Secretaria, **oficinas para produção de material instrucional** a respeito do patrimônio junto aos discentes do curso de graduação de turismo da UEA. E aqui um pouco do que já foi realizado: **O projeto Manaus Belle Époque** e ele teve um início em 2002 e previa a revitalização aí dos imóveis do entorno do teatro, do largo de São Sebastião e o restauro do monumento à abertura dos portos do Amazonas ao comércio. O projeto cartão postal, o projeto Bonde na História e além do que, tudo o que a arquitetura e a engenharia produzem juntas, que essa recuperação, a reforma e a manutenção dos imóveis sob a responsabilidade da SEC. **O Imaterial** que já foi realizado, está no Material há 1 ano e meio e de lá para cá, esse texto guia do manual que está pronto e também tem a proposta de um curso sobre Patrimônio Imaterial, um curso livre, auto formativo, assíncrono, a pessoa faz no tempo dela, com uma carga horária de 20 horas, dividido em 10 aulas e um momento dedicado às atividades do eixo 3, que são a prática supervisionada, ou seja, ele mesmo vai lá e avalia o seu desempenho e faz uma atividade final de marcar e ele mesmo pode baixar seu certificado. Já estão em vias de gravar com o pessoal do audiovisual, algumas atividades também que foram feitas em 2022, que foi participar do primeiro fórum nacional de capoeira, o IPHAN, representado pela antiga superintendente e seus técnicos. Um encontro que vai sempre que chamam na periferia, atende à comunidade, isso era um encontro de mulheres que também participou do Amyipaguana, que é um evento que todos os anos a Secretaria promove. Também participou junto a SEJUSC do dia Internacional dos Direitos Humanos. Vem o convite para o secretário, ele despacha para o Imaterial e a oficina de Prospecção do Plano de Salvaguarda, que também foi um convite do IPHAN em Novembro do ano passado, e estiveram junto com o IPHAN lá em Itacoatiara. Esse ano foi feita uma prospecção nos galpões junto as pessoas que fazem o festival, realizaram as entrevistas, uma loucura, porque o festival acontecendo, ficavam caçando o povo, para que eles respondessem os formulários, mas foi muito gratificante ter esse feedback das pessoas que estão por trás da grande festa, estão nas análises desse material. O Ateliê promove restauro de grandes obras do acervo da Pinacoteca do estado, das grandes obras que estão lá no acervo da Pinacoteca e acontece o restauro, como estava e como ficou. Promove também, capacitação em conservação e restauro de papel com alunos das escolas públicas e com servidores do estado, há um restauro de obras em suporte de papel e o restauro do mobiliário urbano e diversos elementos integrados da arquitetura, como o Bebedouro de Humaitá. Acontece também, o restauro das edificações da Secretaria e dessa igreja católica que a equipe colocou como um exemplo. O laboratório de arqueologia Alfredo Mendonça de Souza,



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

desde 2013, realiza pesquisas, né científicas é tanto para graduação quanto para a pós-graduação. Também faz premiações nas monografias, em projetos de mestrados que são aprovados, publicações em revistas científicas de padrão alto, pelo CNPQ e também participa de pesquisas com o núcleo interdisciplinar de pesquisas arqueológicas da bacia amazônica. E isso tem auxiliado no levantamento das fontes e dos dados arqueológicos, que são relacionados à pesquisa arqueologia histórica da região. Também faz publicações como catálogos, livros e diversos artigos científicos e auxilia a Secretaria, tem o auxílio da Secretaria e também do DPH e da SEINFRA através do plano de fortalecimento institucional a Inside e Amazonas Energia, então, a imersão aqui é desafio, busca maximizar ao máximo as atividades que nós temos em apoio, ampliar aí o recurso de parceria, porque realmente, o recurso técnico para a realização dessas grandes ações necessita de mais braço, então por isso busca o IPHAN e o IPHAN os busca aqui também, articulando aí esse cuidado, tanto predial quanto de valorização do patrimônio, vincular redes colaborativas e promover melhorias nessas condições de trabalho. Aqui, algumas parcerias que já tem, ainda que não oficialmente, ela já acontece no dia a dia, internamente, tem o Audiovisual, Central de Exposição, a Gerência de Marketing, Assessoria de Comunicação, a Central ao lado, a Galeria do Largo, Assessoria de economia criativa, Departamento de Centros Culturais, Difusão Diretoria de Museus, Núcleo de Arte. Internamente, o liceu Claudio Santoro e o próprio COPHAM que auxilia no trabalho e externamente, tem o IPHAN, UEA, SEDUC, a SEINFRA, SEJUSC, SEPLAN e ALEAM, enfim, todos os órgãos institucionais que a gente busca até aqui, tem conseguido conquistar essa parceria. **O PRESIDENTE** ressaltou que é muito importante trazer esse trabalho para entender o que está sendo feito na esfera estadual. Registrou a presença da doutora Regina de Oliveira, engenheira da Secretaria de infraestrutura. É realmente um trabalho feito a muitas mãos e realmente chamou a equipe, os desafiou a fazer esse trabalho que é invisibilizado, ninguém enxerga, na verdade, as pessoas só sabem que tem um patrimônio, quando ele pega fogo e aí todo mundo quer saber de quem é, ou tudo quanto é prédio antigo, o pessoal bate na porta e fala que é tombado e na verdade, não é nem acautelado quanto mais tombado. Tem muito patrimônio edificado na área histórica, que são de particulares, não são públicos. Mas o estado, o município, o próprio IPHAN tem esse cuidado, citou o exemplo de um incidente que ocorreu há anos atrás, ao lado da Biblioteca Pública, inclusive na Sete de Setembro, que houve um incêndio lá de um conjunto de lojas ali na esquina com a Marechal Deodoro, e na ocasião a orientação era que se viesse abaixo a edificação e construísse uma outra e a Secretaria interveio, fez a consolidação da fachada, todo o escoramento e por sorte, realmente ela hoje virou um outro empreendimento, mas a fachada foi preservada. Então, a Secretaria acaba realmente procurando contribuir para evitar danos maiores, recentemente teve um caso aqui de uma venda de um leilão de um outro patrimônio que é o rio Negro e o estado, também atuou diretamente. A SEC conseguiu fazer uma reversão no caso, porque haveria ali fatalmente uma descaracterização daquela edificação, muita das vezes é um patrimônio mais por ser



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

um patrimônio afetivo da sociedade, do que mesmo haver ali um acautelamento, apesar de que o Rio Negro já tenha um tombamento municipal e agora está aguardando aí a publicação do tombamento estadual. Então esse é o trabalho que é feito pelo governo do estado. Muito daquilo que foi mostrado ali, com valores, é algo que vem pleiteando junto à iniciativa privada, junto ao próprio governo estadual, que já fez investimentos significativos porque, como estava comentando informalmente, cuidar do patrimônio é um desafio, justamente por causa disso, quando arruma uma coisa, aparece outra, termina uma manutenção aparece outra. E vai continuar trabalhando com ajuda dos conselhos, com a ajuda da sociedade, com ajuda da unidade de estudo de projetos especiais da SEINFRA, da universidade do Amazonas, próximo para o instituto de arquitetos do Brasil também que contribui com a SEC e acima de tudo, do patrimônio histórico. **A conselheira Jordania Damasceno** agradeceu a oportunidade de estar participando da reunião como suplente do Mestre Camaleão, está sempre acompanhando as ações do COPHAM. Desse é preciso ter a sociedade civil também na questão de preservação, de conhecimento, da importância de preservar, porque às vezes tudo que é arrumado a sociedade não dá essa importância, isso vem muito da base educacional. Então, como tem viajado muito, não verificou os patrimônios do interior no trabalho apresentado. Mas sabe que que devem estar fazendo até porque o mapeamento do interior, por exemplo, Manacapuru não tem mais a frente de Manacapuru, tem que ter ciência do que é tombamento, sentiu falta também, do colégio Saldanha Marinho que é um prédio antigo. Colocou-se a disposição enquanto Sociedade civil e nada consegue fazer sem dinheiro, precisa de *“tchum tchum”* para realmente fazer isso acontecer, estão aqui, juntos na batalha e estarão aqui juntos segurando um na mão do outro para realmente preservar a história do Estado do Amazonas. **A Engenheira Tyssia Regia Rayol Cavalcante**, chefe de departamento de fiscalização da SEINFRA, disse que o seu objetivo maior é sempre cooperar. A SEINFRA está aqui à disposição e sempre na parceira da SEC, objetivo é realmente que o patrimônio, a cidade, o estado brilhem, está à disposição. **Georgete Borges Monteiro** Secretária de gestão da Seduc, está representando a Secretária de Educação do Amazonas, Kuka Chaves que agradeceu o convite. Disse que percebe que realmente há muitos desafios, mas a iniciativa é totalmente louvável, porque a sociedade de fato precisa ter esse conceito, também é muito importante ter essa concepção e a diferença do que é um restauro, do que é um tombamento, da importância de um prédio histórico para uma cidade, para a sociedade. A SEDUC, em particular, agradece ao IPHAN pela parceria, pelo trabalho que já vem desenvolvendo nos prédios escolares, agradeceu a participação e o convite e estão juntos nessa ação, porque de fato o conhecimento é tudo, então, é preciso conhecer e valorizar a cidade, os prédios, a história. **Francisco Soares** representante do secretário Marcellus Campêlo, secretário de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano do Amazonas. Informou que a **UGPE** que é uma instituição do estado do Amazonas que trabalha projetos estratégicos, intervenções na área de saneamento. Embora haja construção de unidades habitacionais, Parques e Praças,



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

mas o escopo do projeto, que é financiado por um organismo Internacional que é o BID é saneamento básico. Então, são grandes obras de intervenções múltiplas e por conta disso, é necessária uma relação muito próxima com os órgãos de fiscalização, controle de licenciamento, que é onde entra aqui a parceria com o IPHAN, com quem já mantém uma relação aí muito próxima e boa, já de alguns anos, entendendo a importância da atuação, a importância de preservação do patrimônio para a sociedade, para os moradores daqui da região e para a preservação da história. Então, é uma das exigências do BID, que é quem financia o projeto, que esse diálogo aconteça, que seja essa boa relação e que trabalhem para obterem todas as licenças, seguir as salvaguardas, cumprir todas as regras. E o banco entende que quando você cria uma demanda para uma instituição, você precisa fortalecê-la, o projeto que alguns já conhecem como funciona, então, o banco entende, você precisa do IPHAN por conta desse projeto que você vai executar, você precisa fortalecê-la para que ela tenha uma melhor capacidade operacional e de gestão. Então, além de levar a demanda para eles, levam também, algumas soluções. A superintendente Beatriz está chegando agora, já tiveram uma primeira agenda de apresentação, tiveram essa primeira conversa e colocar a nossa instituição, continua à disposição. Tem interesse em trabalhar próximos ao IPHAN, tem projetos que foram executados em Maués, é o prosai Maués, já estão na quarta etapa do projeto aqui na capital, que é o Prosamim, programa social e ambiental de Manaus e interior, e estão agora pleiteando recursos para iniciar o projeto em Parintins. É uma área que vão precisar muito atuar em conjunto com as demais instituições, tiveram uma apresentação tão bem elaborada. Parabenizou o secretário Apolo que trouxe a informações riquíssimas e planejamentos. **O conselheiro Marcos Cereto explicou que** é arquiteto, representa o instituto de arquitetos do Brasil, um Centenário, grande parceiro do IPHAN, registrou o abraço do presidente Marcelo Borborema e também da presidenta Maria Elisa Pixote, saudando também o presidente Leandro. Informou que o IAB, tem bandeiras que são muito relacionadas a do governo federal. Nos últimos 2 anos, participou da organização de um seminário sobre Centros Históricos, Presente e Futuro do Centro Histórico de Manaus, em conjunto com o IPHAN, também com o governo do estado, formando uma grande parceria nesse interesse da revitalização do centro histórico, sendo um centro histórico para todos, isso é muito importante. Ele pensa também que há uma política do governo federal, seja de trabalhar de forma de conseguirem colocar pessoas no centro, conseguirem também trazer a população para vivenciar esses espaços. Pensa que o governo do estado tem um trabalho histórico no centro histórico de Manaus, o IAB tem muito a contribuir, estão à disposição. **A conselheira Eneila Almeida explicou que** é professora do curso de teatro da Universidade do Estado do Amazonas e participa aqui desse grande grupo, um grupo de pesquisa. De tantos diretórios de pesquisa, o aprendizado aqui é mais intenso, porque se fala de valores, de salvaguarda da história e o quanto reverbera toda essa discussão para a universidade, inclusive com currículos, mudanças de currículos, de perspectiva, de educação patrimonial, não só na graduação. Outro dia apresentou para o conselho,



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

material que descobriu na Seduc, ficou analisando o material didático já com essa perspectiva bem patrimonial, o quanto isso é importante, porque começa na base, essas parcerias e diálogos. Então, é uma roda de conversas nesse Brasil enorme, fica até pequeno, aconchegante, com a fala do presidente Leandro, sente-se muito próxima. Parabenizou a gerente Luiza Guglielmini pelo material que ela trouxe, está cheia de perspectivas, tanta coisa boa, isso só é ganho. Estão vivendo um momento de muita valorização, tem que democratizar essas informações, aqui mesmo, no conselho tem aulas com o IPHAN para entender melhor essa diferença do Material do Imaterial para poder fazer o melhor, isso é muito interessante. Parabenizou quem organizou esse evento, está sendo uma roda aqui, de conversas maravilhosas, ficaria aqui horas ouvindo, entendendo e vendo, como é que se encaixa para que isso seja uma prática, desde a educação infantil até a universidade. **Marcos André Durand** informou que está como secretário geral do Conselho Estadual de Cultura - CONEC, representa a cadeira de dança. Informou que vem de uma linhagem do século XVIII, é bisneto do Coriolano Durand que foi um dos responsáveis pelos bangalôs da Praça da Saudade, o Relógio municipal, o símbolo do Nacional Futebol clube. Foi diretor do teatro amazônica, membro fundador da Academia Amazonense de Letras. Convidou o presidente do IPHAN para ir os 62 municípios e conhecer esse imenso Amazonas. Sentiu-se contemplado com a explanação da doutora Luiza Guglielmini. Sentiu-se feliz com a presença da Seduc, tem várias escolas a nível estadual que já detém também essa questão Imaterial, escolas antiguíssimas na zona norte também, que são Patrimônio Imaterial, estão na mesma sala trabalhando cultura e patrimônio. Sentiu-se honrado em fazer parte da mesa, estão aqui de portas abertas para recebê-los sempre. **O PRESIDENTE** informou que o dr. Sérgio é o jurídico que atua hoje nos 2 conselhos junto com ele, está aprendendo, todos estão aprendendo a cada reunião, a cada encontro, como conduzir melhor as demandas que vêm da sociedade. O conselho de patrimônio histórico. Ele tem uma estrutura mais institucional, são instituições que fazem parte da sociedade civil, tem a participação dos representantes do conselho de cultura e pediu para que ele passasse aqui rapidamente a estrutura do conselho. Ao final, ele mostra já alguns bens tombados e o objetivo é mostrar isso, com a sua experiência, com a sua vivência, está circulando pelo país possa também a partir da leitura desse material quem sabe aí deixar uma contribuição de como podem aperfeiçoar, acima de tudo, a condução dos trabalhos aqui no estado do Amazonas. **Dr. Sérgio Cruz informou que em virtude da secretária** geral, Tamires da Silva Lima, está de férias, foi incumbido de fazer a apresentação do COPHAM. Informou que tem aqui a identidade visual que faz referência à parte histórica e artística da cidade, até mesmo para o pessoal identificar o objetivo do conselho. Na próxima página, nós temos a apresentação que nada mais é do que o conselho fazer o que o IPHAN faz em nível federal é o que o conselho patrimônio histórico fazer em nível estadual. O conselho foi criado em 1982, era vinculado ao governador. Em 2001 foi vinculado a Secretaria de cultura. Em 2006, foi reorganizado e renomeado com o atual nome que utiliza. Em 2010, foi feito o regulamento dos registros, visto dos bens



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

imateriais, visto que a lei de 82 ela não contemplava. Em 2012, ele adormeceu, foi a data que foi a última reunião. Então, em 2015, ele foi novamente ligado de uma outra forma, como colegiado e órgão interno indireto, à Secretaria de cultura. Em 2018, quando o secretário Marcos Apolo assumiu a Secretaria de cultura e economia de criativa um dos objetivos dele foi despertar novamente os dois conselhos, tanto o Conselho de Cultura - CONEC quanto o Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico - COPHAM. Em 2020 o secretário levou seu objetivo ao governador que abraçou e deu sinal verde para que ele continuasse, mas por causa da pandemia as reuniões dos conselheiros, foram realmente retomada em 2021, no dia 13 de abril. No mesmo ano, tiveram um novo regimento interno e também o estabelecimento das câmaras setoriais. A legislação vigente é de 82, então, nesse ano passado, o Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico iniciou a elaboração da nova lei. Nessa elaboração foi compilado tudo aquilo que estava perdido em várias leis, decretos e normativas para conciliar e também para atualizar a frente à realidade da necessidade do nosso estado. Então aqui, hoje, o estado, a situação dele está aprovada a minuta vai ser colocado já como bem foi falado aqui da semana do Patrimônio Histórico e cultural que vai iniciar a semana que vem, vai ser colocado e será feita uma chamada pública para que toda a sociedade respeitando o princípio da participação social, compareça e faça qualquer coisa que queira de alteração nessa lei. Hoje ainda está formada pela lei de 82, pelo presidente, então secretário de cultura, por titulares e suplentes como a Universidade Estadual Amazonas, Empresa estadual de Turismo, Departamento de Patrimônio Histórico e artístico da Secretaria de cultura, Universidade Federal do Amazonas, Comissão de Promoção Social e Cultural da Assembleia Legislativa, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, Instituto de Arquitetos do Brasil, Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que aqui inclusive estão os 2 membros E mais os representantes do Conselho Estadual de Cultura, designação hoje é feita pelo decreto, o chefe é o governador. As câmaras setoriais, como bem se sabe, foram feitas com base na necessidade de pareceres técnicos, então foram montadas 3 câmaras conforme a especialidade de cada ente. Então tem aí o Patrimônio Histórico Material, Patrimônio Artístico e Imaterial, Patrimônio Natural e Paisagístico. As reuniões dessas câmaras são até 8 sessões mensais e a cada quadrimestre tem que apresentar um relatório deles. Os serviços dos membros são considerados de relevante interesse à sociedade, sem gratificação. Em 2021, desde a retomada até o ano atual, foram feitas 25 feitas reuniões ordinárias e 8 reuniões de câmaras setoriais e dentro de uma dessas reuniões foi feito um tombamento, mas, tem 4 processos em andamento, 16 processos sobre o estado em diligência, o anteprojeto da lei e o novo regimento interno. Então, na parte de tombamento e registro, tem hoje, no estado tombado que seguindo as normas determinadas em lei, tem 33 bens tombados, a norma é determinada em lei que passa pela aprovação do conselho que é primordial para que seja feita toda a análise do embasamento para que seja uma decisão técnica, não só popular. Então esses aqui foram feitos todos os estudos e foram feitos o tombamento



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

e o registro estando dentre eles, a Academia Amazonense de Letras, o Banco Itaú, a Central dos Correios, a biblioteca Pública, o Cemitério São João Batista, a Usina Chaminé, a Estação de Tratamento de Esgoto Chaminé, que é junto ao Centro de Artes Chaminé. Aí vêm os colégios Amazonense Dom Pedro II, o Comando Militar da Polícia Militar do Amazonas, vem a Estação da Castelhana, a Faculdade de Direito da universidade Federal do Amazonas e o os grupos escolares. Tem as igrejas, Nossa Senhora da Conceição, a Igreja Santo Antônio que é chamada de pobre diabo. Em 1875, o português Antônio José da Costa veio morar em Manaus, na rua da Instalação, Centro, onde montou com José Joaquim de Souza Júnior o comércio Costa & Souza. Devoto de Santo Antônio, o comerciante reservou um espaço, em uma das prateleiras do seu estabelecimento comercial, para colocar uma imagem de Santo Antônio, adquirida em Belém. Ao final de cada dia de trabalho, antes de fechar o seu comércio, Costa rogava a seguinte frase: “Meu Santo Antônio, protegi este pobre diabo.” Possivelmente, esse seja o motivo pelo qual o português era apelidado como Pobre Diabo. Em 1878, Costa encerrou a sociedade com Souza e levou consigo a imagem do seu Santo protetor. O português veio a montar, logo em seguida, um novo estabelecimento denominado O Pobre Diabo em alusão ao seu apelido. Essa é a história. Tem a igreja São Sebastião, Nossa Senhora dos Remédios. E os institutos Benjamin Constant, o IEA e o IGHA, tem ainda o Palácio Rio Negro, Palácio da justiça, a Penitenciária Central, que, como bem falou A gerente de Patrimônio, Luiza Guglielmini, já tem um projeto para lá também, a Ponte de Ferro Benjamin Constant, o Relógio Municipal, tem a sede do TCU, que é a antiga LBA, Santo Antônio, lá em Borba, já no interior, tem a catedral de Parintins também e tem o Festival Folclórico de Parintins, que na verdade foi tombado os bois Bumbás do Baixo Solimões, no Amazonas. Basicamente, essa é a estrutura que tem com a reativação do COPHAM, todos os procedimentos para que isso se torne muito mais perene, inclusive a abertura de conversa com a Assembleia Legislativa, com o objetivo de alinhar as decisões lá. Já tem uma proposta do secretário de cultura para que seja feita uma premiação, como foi bem feita pela doutora Luiza Guglielmini e além disso, tem também, já existe uma decisão do Supremo Tribunal Federal que foi tomada com base numa questão do Amazonas, tombaram todos os patrimônios do Severiano Mário Porto. Então, o que que aconteceu, foi tombado pela assembleia, o governo da época entrou com uma ação de inconstitucionalidade e ela tramitou até o supremo, quando chegou no supremo, foi decidido que as assembleias podem tombar, sim, apesar da proibição que teria, o tombamento seria provisório. Se ela o fizer, tem que caminhar para os conselhos para que eles façam todo o trâmite técnico para ver se aquele tombamento realmente se reflete a realidade daquele bem também. **O PRESIDENTE** devolveu a fala ao presidente do IPHAN e ressaltou que os dois conselhos são muito proativos, tem reuniões realmente constantes, os dois conselhos são muito proativos e está muito entusiasmado, e se percebe que a coisa não esfriou, tudo andou realmente no período da pandemia, conseguiu instituir aí os conselhos, justamente porque o estado manteve o seu foco em, evidentemente, tomar as providências cabíveis naquela



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

ocasião, mas trabalhando realmente de forma transversal, permitindo que as secretarias, no caso da SEC, avançassem com aquilo que tinha como planejamento, dialogando realmente com o que seriam políticas públicas de cultura e como diz o governador, políticas perenes esse é o objetivo, deixar realmente, um legado acima de tudo, para a sociedade. **O presidente Leandro Grassi** agradeceu a apresentação de cada um e cada uma. Ressaltou que Luiza Guglielmini é tem uma agenda superpositiva, superinteressante e também, estão aqui na mesma mesa dialogando sobre os projetos, os programas, as grandes intervenções urbanas, especialmente na área de saneamento, que é uma questão fundamental para o Brasil, também saudou as professoras, os conselheiros. Disse que a admiração, o respeito pelo trabalho do IAB, também é bom ter representantes da cultura, representantes do campo das artes participando desse debate e no fundo, estão dentro do mesmo espectro, dentro do mesmo espaço, podem contribuir muito com o outro. Em uma conversa com o Secretário, perceberam que querem e podem sim participar dessa busca da viabilidade orçamentária. Propôs que tão logo o conselho já tivesse os projetos executivos, aqueles que já existem e os que já estão chegando desse, protocolar no IPHAN, especialmente no que tange os bens tombados ou que estão dentro da área tombada do Centro Histórico para que possam agora, nos próximos meses, isso já vai começar nas próximas semanas, tentar sensibilizar a bancada do estado e os parlamentares, alguns em específico no sentido de aportar as emendas para o ano que vem e poderem atuar juntos nisso. A outra é poder imaginar as possibilidades de fomento através do PRONAC da lei Rouanet, imagina que tenha dentro do governo estadual a possibilidade, proponentes, Instituições, institutos, fundações que queiram assumir, também podem assumir esses projetos. Isso não impede, uma coisa não impede a outra, pode fazer as duas ao mesmo tempo. O que sair primeiro, que bom, então uma seria poder protocolar esses projetos no IPHAN para que pudessem incluir ao banco e a segunda coisa é que através de alguma entidade, esses projetos pudessem ser protocolados dentro da lei Rouanet e poderem se articular juntos na viabilização dos recursos. Tem aberto um caminho muito grande, uma conversa com grandes empresas que nunca participaram da lei Rouanet, tem a tradição da Vale, tem a tradição da Gerdau. Mas outras ainda não chegaram, a própria Ambev. Tem conversado com Ambev, com a Shell, está buscando outros parceiros além dos que já existem, além, obviamente, das empresas públicas também a Petrobrás, o BNDS, para garantir aí os recursos para os projetos dos governos municipais, estaduais e são estratégicos. Em relação ao licenciamento, quanto mais próximos estiverem melhor, então, do jeito que tem essa previsibilidade das grandes ações, daquelas que são importantes para o governo, isso é muito bom. Então, poder sentar com a arqueologia, com a área técnica, para poder dar também essa segurança jurídica, essa previsibilidade, essa possibilidade de aplicar o planejamento sem nenhum problema ao longo do caminho. Está revisando a instrução normativa do licenciamento ambiental era uma das demandas da transição, inaugurou esse processo no começo do ano, está andando, então se o COPHAM quiser também uma rodada, com o Centro



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Nacional de Arqueologia e com a coordenação de licenciamento, juntos com a superintendência, está à disposição se quiserem trazer alguma contribuição efetiva. Sobre isso, seria ótimo. E por último, falando aqui desse trabalho do conselho, dos bens tombados registrados, fantástico, estão no caminho certo. É isso, é estabelecer normas, estabelecer procedimentos e poder respeitá-los no reconhecimento dos bens culturais que não sabe se já têm, estão trabalhando para aperfeiçoar essa base integrada, o sistema que tem todos esses bens culturais. O IPHAN tem o sistema que abriga todos os bens registrados, todos os bens tombados, acabou de lançar o repositório dos bens registrados, então é uma plataforma que está à disposição, quem quiser consultar por categoria de bens registrados por regionalidade também está lá, tudo à disposição e isso também acaba de lançar a base do Inventário Nacional de Referências Culturais que não são bens registrados, mas são elementos de valor cultural espalhados pelo Brasil inteiro. Então, o que poderia começar a desenvolver essa integração entre a base estadual e a base nacional. Quando falou há pouco sobre o Fundo Nacional Patrimônio Cultural e pensando nisso, o fundo vai atender só quem está reconhecido em nível nacional, não necessariamente, pode ter também o alcance desses recursos para a preservação de bens em nível estadual, como já fizeram bem o trabalho, haja normativa, haja procedimento, haja participação social na validação desses bens ativista do estado. Então, deixou essa proposta, podem conversar sobre sistemas, conversar sobre a integração de sistemas, de integração, de informações para a gestão desse patrimônio e bens registrados, é um desafio que os conselhos em geral têm aqui, elaboração de planos de salvaguarda mesmo que ainda só em nível estadual é uma agenda para cada um desses bens registrados de difusão de fomento, acredita que seja interessante até para eles entenderem que falou um pouco, um status, quando se registra ou então não é um status. É um compromisso que se assume com eles e aqui existe uma proposta, existe uma intenção de se desdobrar em várias ações. Tem que olhar um pouco para a possibilidade desses planos de salvaguarda para os bens registrados em nível estadual, seria mais um ponto bacana aí que o conselho teria. Parabenizou mais uma vez e disse que está muito madura a política comparada ao resto do Brasil, está bem sofisticada, está bem avançada e agora é continuar prosperando. O IPHAN tem um conjunto enorme de portarias que podem espelhar a política nacional, na política estadual, claro, com seus ajustes, com as particularidades do território. está à disposição para disponibilizar todos esses documentos, todas essas normativas que foram construídas ao longo dos anos. **Beatriz Evanovick** agradeceu ao secretário, sugeriu de alguma forma, manter esse ritmo dessa mesa aqui para as próximas atividades, instituições de projetos em relação ao patrimônio. Sentiu-se muito contente que os dois conselhos atuem de forma muito aproximada para dialogar com o Imaterial, com o Material e com Arqueológico e consegue fazer com que possam ser os difusores, consigam ser porta-voz da comunidade de forma muito ativa. Tem um trabalho necessário, importante, que é sempre tentar se esforçar para descentralizar a política da capital, dos grandes centros. Isso não é fácil, não é fácil para quem já estão bem enraizado, mas não é



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

fácil para o IPHAN, especialmente. Ficou muito animada, achou muito bonito e louvou a iniciativa que foi conseguir mapear todos os secretários, coordenadores, organismos da política cultural nos municípios para que possam se apresentar, para que possam orientar os municípios para que possam garantir que as prefeituras façam seus projetos. Muitas das vezes os seus projetos podem dialogar cada vez mais em relação à habitação, aos projetos de interesse social e ainda caminha forma, talvez modesta, principalmente aqui na região. Outra demanda que considera muito valorosa, é que reforce com a universidade do estado do Amazonas, a retomada permanente, o curso de arqueologia vai voltar a existir a partir de Parintins, inclusive já em diálogo com esse esforço dos projetos da UGPE, está vendo como que isso pode fortalecer o processo formativo dos estudantes da graduação em arqueologia, mas espera que ele não seja um curso apenas modular, passageiro, que ele seja algo permanente. Isso, inclusive, vai reforçar o trabalho, o projeto de retomada de retorno do laboratório Alfredo Mendonça lá para o Chaminé, tem aqui o arqueólogo, a doutora Tatiana e a Luiza ontem estiveram no museu. Tem certeza que o secretário também vai autorizar essa permanência, um GT entre as instituições de guarda do estado. Foi a primeira vez que reuniram dessa forma conjunta e pôde contar com o presidente, escutando de forma muito atenta essas instituições, em especial. Só tem uma única instituição de guarda no interior do estado, que é o instituto Mamirauá, que acredita que o diálogo, da UGPE, o diálogo de alguns atores aqui podem fomentar ainda mais esse trabalho. Mas a arqueologia certamente só vai à frente se figuras como a Secretaria de cultura do estado também operarem junto ao IPHAN em relação a esse trabalho que vem sendo feito. Outra coisa que é muito importante em relação aos grandes projetos, projetos especiais que tem uma ciência, aquilo que é projeto que atinge a coletividade. O IPHAN tem uma equipe pequena, é um esforço do presidente na retomada com cadastro reserva, aumentar a concurso, aumentar a força de trabalho, mas estão sempre disponíveis a orientar, ouvir. Já estão nesse diálogo, mas a SEINFRA também, porque os grandes projetos, Saneamento de pavimentação, eles requerem o licenciamento, requerem um trabalho com a área de arqueologia e muitas vezes quem tá lá na ponta que opera não conhece, não sabe. Até brinca que tem um desafio aqui, aonde tem um IPHAN que é o mais querido, o cefet, a ETFA também. Então, quando as pessoas falam que tem que falar com o IPHAN, que que ele tem a ver com a história, não é o IPHAN, com e com ph, não é o IFAM, com F, parece uma coisa simples, mas a comunicação sempre acaba indo nesse sentido, então. Colocou-se à disposição da SEINFRA para que a área de arqueologia, o corpo técnico, os servidores estão aqui. Manuel, Rafael, Daiane, toda equipe que acompanha para que sempre possam garantir que o governo do estado coloque seus projetos e de forma muito atenta dar maior brevidade, celeridade para que possa garantir que a coletividade tenha o acesso e, por fim, não menos importante, precisava falar isso. É professora do estado, é da casa, então agradeceu demais a sessão que foi feita para poder atuar na profissão de forma mais próxima da história e do patrimônio e chamar a atenção para que não pense a educação patrimonial só nos espaços formais, mas



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

também neles que podem conseguir uma grande instrução, formação de uma cultura a partir da escola pública das nossas diversas escolas não só aquelas que são tombadas, mas também de todas, a educação e a saúde é a que mais faz chegar de fato na ponta, a educação patrimonial é a referência. ela vai fazer falar, entender melhor todo esse projeto e aí as parcerias, a clareza que a Seduc precisa ter em relação aos materiais que desenvolve, que pode consultar COPHAM para revisar ali os seus manuais de educação patrimonial, mas também de fazer uma agenda para que os estudantes e os professores consigam desenvolver planos de ensino, produtos educacionais que possam garantir, de fato, a valorização. Todo mundo aqui é ciente, que para destruir é muito rápido, então qualquer manutenção que faz é muito cara. Deu um trabalho imenso, uma burocracia imensa, um esforço e quer ver aquilo mantido. Mas o estudante, o profissional da educação, só vai fazer isso se ele for envolvido nesse processo, se ele for buscado, se ele de ponta a ponta participar, então a Seduc é fundamental, colocou a equipe do IPHAN à disposição para que ali, cada vez mais os projetos que tiverem relacionados à educação patrimonial. Em outubro, tem a execução do PA de educação patrimonial e a ideia é que não façam isso de forma eventual, mas que se crie uma política, um programa com currículo, com um processo pedagógico que vai influir da educação básica ao ensino superior, a pós-graduação. Reforçou que estão à disposição para dar materialidade a isso, para que possam de fato executar um projeto que fique para os que virão. **O PRESIDENTE** caminhou para o encerramento, agradeceu a presença de todos, entregou um presente do governo do estado, dos conselhos de Patrimônio Histórico, dos colegas aqui do Conselho de Cultura. Uma lembrancinha da série Jaraqui do artista André Reis, livro do Teatro Amazonas. Essa edição é dos 25 anos do festival de ópera, da Ópera na Floresta, foi um divisor de águas aqui na produção cultural e do Festival Folclórico de Parintins é uma edição que traz imagens do festival de 2019. Mas que tem um registro belíssimo daquilo que é feito, o boi que tem como um dos maiores símbolos culturais. E assim, sem mais manifesto ou assunto para ser tratado em plenário, agradeceu a presença de todos, deu por encerrada a 26ª sessão ordinária pedindo ainda que seja providenciada as determinações feitas nesta seção e a ata, a qual será encaminhada minuta aos conselheiros para leitura e para aprovação no expediente nas próximas reuniões e com posterior encaminhamento para arquivamento na Secretaria geral do conselho visando o devido registro.

MARCOS APOLO MUNIZ DE ARAÚJO

Presidente – 26ª Sessão Plenária Ordinária

SÉRGIO CRUZ

Secretário Geral – 26ª Sessão Plenária Ordinária

LISTA DE PRESENÇA

Av. Eduardo Ribeiro, 901 – Centro
69010.001 Manaus – Amazonas – Brasil
Telefone: 55 92 3090-6831
e-mail: conec@cultura.am.gov.br



Secretaria de
**Cultura e Economia
Criativa**



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

DE FORMA PRESENCIAL:

1. Eneila Almeida - Titular representante da Universidade do Estado do Amazonas – (UEA)
2. Marcos Cereto - Titular representante do Instituto de Arquitetos do Brasil – (IAB-AM)
3. Jordania Damasceno – Titular representante do Conselho de Cultura – (CONEC)
4. Fernanda da Silva Frota – Suplente representante do Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa – (DPH/SEC)

CONVIDADOS:

5. Francisco Soares - Representante do secretário Marcellus Campêlo - Secretário de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano do Amazonas.
6. Tyssia Regia Rayol Cavalcante - Chefe de Departamento e Fiscalização – (SEINFRA)
7. Georgete Borges Monteiro Secretária de gestão da Seduc – (SEDUC)
8. Leandro Antônio Grass Peixoto - Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- (IPHAN)
9. Marcos André Durand - Secretário geral – (CONEC)
10. Beatriz Calheiros de Abreu Evanovick – Superintendente do (IPHAN)

AUSÊNCIA JUSTIFICADA:

11. Tamiris Lima – Secretária Geral do COPHAM;

APOIO TÉCNICO AO ASSENTO DO DPH/SEC:

12. Luiza Angélica Oliveira Guglielmini – Antropóloga Gerente de Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa – (DPH/SEC)

EQUIPE CONEC: Sérgio Cruz – Assessor Jurídico; Symone Farias – Técnica Administrativa; Jennyfer Balbi – Assistente Administrativa; Vanuza Santos – Assistente Administrativa; Letícia Freiras – Estagiária;

EQUIPE TI: Rômulo Castro – Gerente de TI e Estagiário.